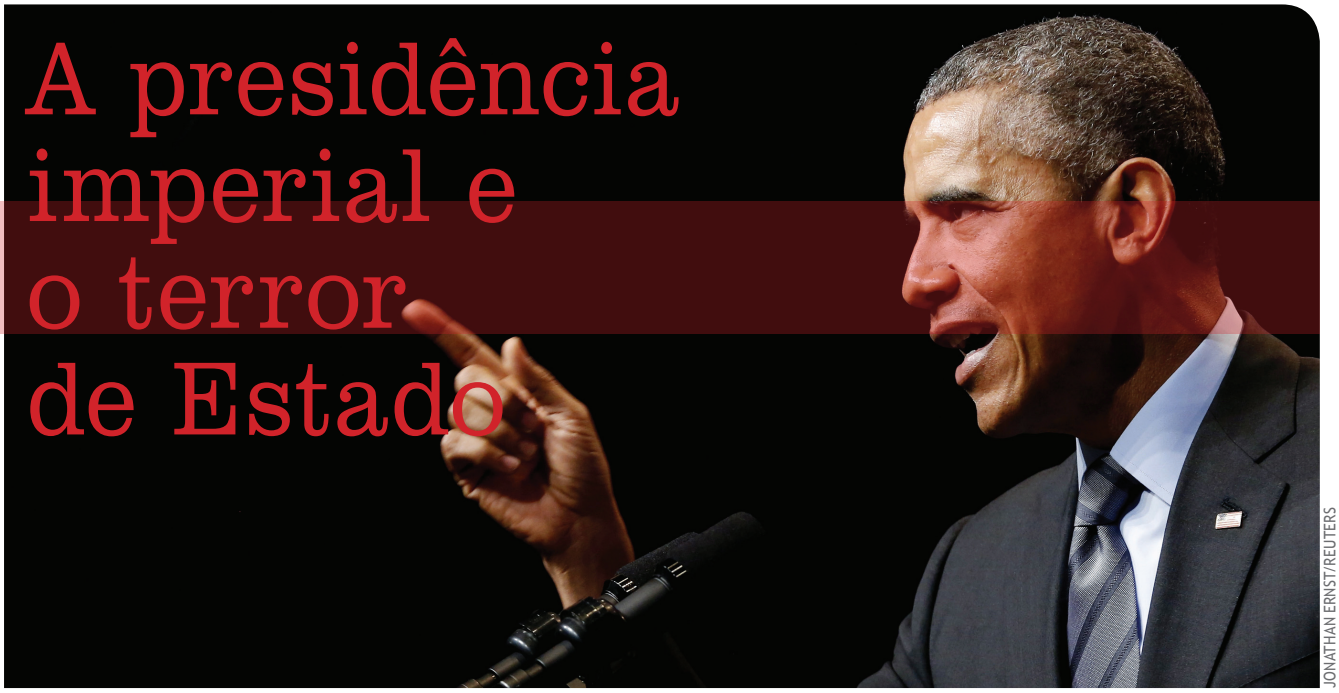
subtrópicos

REVISTA DA EDITORA DA UFSC
MARÇO 2015
#17

A presidência imperial e o terror de Estado • Meu amigo Sorrentino • A imaginação do paraíso • Selvino Assmann: O romano radical • Da "vida nua" acadêmica • O figurino francês e o consórcio petucano • O "Levante do Bosque" na UFSC • Fotografia: Daniel Eduardo Guilhamet

editora ufsc

A presidência imperial e o terror de Estado



JONATHAN ERNST/REUTERS

Ao fazer ameaças à Venezuela, Barack Obama utiliza a velha estratégia estadunidense de usar o capital monopolista e a economia permanente de guerra para tentar manter, pela força, a sua hegemonia

WALDIR RAMPINELLI

Os impérios, ao longo da história, têm se utilizado do mecanismo do medo e do instrumento do terror para submeter povos e extrair seu excedente econômico. Não apenas a forma do colonialismo marcou esse enriquecimento ilícito e criminoso, como também a ideia da colonialidade, isto é, uma classificação social a partir de critérios étnicos e raciais. Ser cidadão romano na Antiguidade Clássica ou cidadão estadunidense na época contemporânea indica não apenas uma procedência geográfica, mas também uma conotação de superioridade: um *civilizado* portador de direitos diante de um *bárbaro* sem história.

John Saxe-Fernández, em seu livro *Terror e Império — La hegemonia política y económica de Estados Unidos* (México: Editora Debate, 2006), analisa, em uma série de ensaios, o conceito de *presidência imperial*; o capital monopolista e a economia permanente de guerra; a expropriação dos recursos latino-americanos; o terror de Estado e sua administração colonial; a crise da *pax americana* e a economia de guerra; e a destruição da democracia representativa dentro dos Estados Unidos por meio da Lei Patriota, entre outros temas.

O conceito de *presidência imperial*, para Saxe-Fernández, ajuda a entender os rumos que norteiam o comportamento regional e internacional dos Estados Unidos, permitindo identificar as continuidades e descontinuidades dessa projeção de poder desde a fundação da nação estadunidense no final do século 18 até a crise da *pax americana*, nos tempos atuais. Define a *presidência imperial* como "a expressão institucional de uma realidade sistemática que surgiu da própria natureza do desenvolvimento capitalista ainda que, sem dúvida, o regime de exceção instaurado depois do 11 de setembro [de 2001] tenha acentuado de maneira inusitada a usurpação, por parte dessa presidência, das funções legislativas e judiciárias em níveis ditatoriais". A *presidência imperial*, com sua tendência autocrática, operou historicamente nos Estados Unidos em diferentes esferas de poder, tais como: 1) no completo domínio territorial da América do Norte, obrigando a França a "vender" a Luisiânia, a Espanha a "ceder" a Flórida Ocidental, o México a "entregar" mais da metade de seu território e os indígenas a perder suas ricas terras; 2) na subjugação religioso-cultural, por meio da Doutrina do Destino Manifesto, fazendo crer que Deus havia delineado uma grande missão aos fundadores daquela nação, qual seja, levar a *civilização* aos *bárbaros*; 3) na não permissão da existência de qualquer potência, ou grupo delas, no Hemisfério Ocidental, que ameace a hegemonia econômico-militar dos Estados Unidos; e 4) no controle dos Estados Unidos sobre os oceanos, não permitindo que nações europeias e asiáticas criem algum tipo de dificuldade e orientando suas energias para ameaçar ou fazer guerras terrestres na Eurásia.

A ideia de *presidência imperial* "torna visível a inter-relação dos processos políticos, diplomáticos e militares com os de ordem econômico-empresarial e social, como o avanço da diplomacia econômica e das canhoneiras e sua relação com o surgimento

WALDIR RAMPINELLI (Nova Veneza, 1949) é professor do Departamento de História da Universidade Federal de Santa Catarina, com doutorado em Ciências Sociais-Política pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

EXPEDIENTE

subtrópicos
REVISTA DA EDITORA DA UFSC
MARÇO 2015
#17

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
Reitora **Roselane Neckel**
Vice-Reitora **Lúcia Helena Martins Pacheco**

EDITORA DA UFSC
Diretor Executivo **Fábio Lopes da Silva**
Conselho Editorial
Fábio Lopes da Silva (Presidente)
Ana Lice Brancher
Andréia Guerini
Clélia Maria de Mello Campigotto
Fernando Jacques Althoff
Ida Mara Freire
Luis Alberto Gómez
João Luiz Dornelles Bastos
Marilda Aparecida de Oliveira Effting

Editor **Dorva Rezende**
Planejamento gráfico **Ayrton Cruz**
Foto da capa **Ayrton Cruz**
Revisão **Aline Valim**
Gráfica **Rocha**
Tiragem **1 mil exemplares**

Acesse a versão eletrônica da Subtrópicos no *site* da Editora da UFSC — www.editora.ufsc.br

editora ufsc

Campus Universitário — Trindade
Caixa Postal 476
88010-970 — Florianópolis/SC
Fones: (48) 3721-9408, 3721-9605 e 3721-9686
editora@editora.ufsc.br
www.editora.ufsc.br
www.facebook.com/editora.ufsc.5

dos grandes monopólios nos Estados Unidos desde a segunda metade do século 19 até os dias de hoje". A *presidência imperial* é, portanto, um tema com uma pauta imperialista.

O Triângulo de Ferro — composto pela burocracia federal sob o comando do Poder Executivo, pelos principais comitês do Congresso e pela cúpula empresarial e bancária — defende os interesses de uma classe que se apoderou do Estado por meio da presidência imperial, que, por sua vez, promove e apoia as vantagens dilapidadoras do grande capital, quer no exterior, quer dentro do próprio país. "O Triângulo de Ferro", diz Saxe-Fernández, "é o fundamento sociológico de camarilhas cuja dinâmica gira em torno do interesse privado, especialmente dos grandes empórios empresariais e do grande poder, impulsionados pelos *lobbies* que estão a serviço das empresas multinacionais". Para as indústrias de armamentos — denominadas por Eisenhower de complexo militar-industrial, que se consolidaram no pós-Segunda Guerra Mundial como um componente direto do processo de tomada de decisões dentro do Triângulo de Ferro — não funcionam as leis de mercado, mas sim um autêntico capitalismo de Estado. Não apenas os orçamentos são astronômicos, como também as compras estão garantidas, sendo os superfaturamentos uma prática constante. Guerras como a do Vietnã, a do Iraque e, agora, a do Afeganistão são provocadas pela *presidência imperial* com o objetivo de atender a esses grandes conglomerados dentro da estratégia do keynesianismo militar. O Grupo Dupont fez fortuna durante a Primeira Guerra Mundial desse modo, como mostram as audiências legislativas sobre a indústria dos armamentos e das munições.

Para atender ao poderoso *lobby* da guerra, o próprio Congresso é deixado de lado, quando não ludibriado e enganado pela *presidência imperial*. Foi o que fez Lyndon Johnson, quando mentiu ao Congresso sobre o ataque a um navio estadunidense na Baía de Tonkin, provocando a longa e dolorosa guerra do Vietnã; foi o que fez Ronald Reagan, quando assessores imediatos e órgãos de inteligência desobedeceram leis do Congresso para financiar os *Contra* que lutavam contra o governo constitucional da Nicarágua; foi o que fez George W. Bush, quando ocultou a verdade ao Congresso sobre a existência de armas de destruição massiva em Bagdá, dando início à invasão genocida do Iraque.

Com a "doutrina de autodefesa preventiva", a *presidência imperial* põe em marcha duas estratégias: 1) o terrorismo de Estado no exterior; e 2) a aniquilação da democracia no país. A primeira, que é o terror de Estado, aparece na criação e no apoio aos regimes de segurança nacional na América do Sul durante a segunda metade do século 20, o que resultou em milhares de mortos, desaparecidos e exilados, sendo a *Operação Condor* uma de suas manifestações; na sustentação das ditaduras da Guatemala, da Nicarágua, da República Dominicana e do Haiti, todas "repúblicas bananeiras" que praticaram um verdadeiro genocídio contra suas populações pobres por mais de quatro décadas; na promoção e no financiamento de atos terroristas de toda espécie contra o governo socialista cubano, como a invasão armada à Cuba ou a guerra bacteriológica; no massacre dos comunistas na Indonésia, na morte dos nacionalistas no Irã, no assassinato dos independentistas no Timor Leste, na mortandade da guerra do Vietnã, do Iraque e agora do Afeganistão. Considerando apenas esses casos, o número de mortos se iguala aos crimes do regime nazista. As contrarrevoluções, organizadas e financiadas pelos Estados Unidos, têm sido muito mais violentas do que as próprias revoluções, já que buscam ampliar os privilégios das elites locais e estrangeiras por meio de uma prática sistemática e duradoura do terror de Estado.

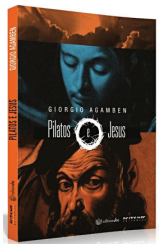
O terror praticado por Estados, diz Chomsky, é funcional, já que melhora o *clima de investimentos* no curto prazo. Segundo ele, a ajuda de Washington aos governos inclinados ao terrorismo está em "relação direta com o terror e a melhoria do clima de investimentos e em relação inversa com os direitos humanos". Sendo os Estados Unidos um centro de poder, cujas opções políticas e estratégias calculadas produzem um sistema de clientes que praticam sistematicamente a tortura e o assassinato em escala assustadora, pode-se afirmar que Washington se tornou a capital mundial da tortura e do assassinato político. É o *terror benigno*, permitido aos Estados clientes que lutam contra o comunismo internacional, fazendo par com o *terror construtivo*, destinado aos Estados clientes que buscam manter e ampliar as áreas globais de investimentos estadunidenses.

A segunda estratégia, que é a aniquilação da democracia interna nos Estados Unidos, se dá por conta da eliminação dos princípios liberais, tais como o *habeas corpus*, o direito à livre expressão, a legalização da tortura como método válido para arrancar confissões de presumíveis terroristas e os julgamentos realizados por tribunais militares sem direito à constituição de um advogado. Acontece que, paralelamente ao crescimento da violência contrarrevolucionária no exterior, aumenta o desrespeito aos direitos humanos no próprio país. Saxe-Fernández chega a afirmar que, "se os nazistas se tornaram famosos [...] pelas cenas de seus soldados saqueando bibliotecas para logo em seguida fazer festas ao redor de grandes queimas de livros, agora a presidência imperial não fica atrás: adota a guerra preventiva; maltrata e brutaliza seus prisioneiros em Abu Grahib e Guantánamo, assim como ao longo do mar Índico em seus barcos-prisão da Marinha".

No livro de John Saxe-Fernández fica muito claro que a estratégia do terrorismo de Estado, praticada por Washington, tem como finalidade primordial a acumulação capitalista por meio dos investimentos de suas multinacionais. O trabalho é altamente explicativo e fundamental para entender a trama de poder que envolve, hoje, a *presidência imperial* dos Estados Unidos em suas ameaças à Venezuela. ■

LANÇAMENTOS DA EDUFSC

LIVROS



Pilatos e Jesus

autor: Giorgio Agamben

Em *Pilatos e Jesus*, em coedição com a Boitempo e tradução de Silvana de Gaspari e Patricia Peterle, o filósofo Giorgio Agamben procura mostrar em que sentido o processo de julgamento daquele que "veio ao mundo para nos salvar" pode ser visto como uma "alegoria de nosso tempo". Jesus é levado ao julgamento e condenado sem que lhe tenha sido proferida qualquer sentença definitiva. A história desse processo sem conclusão joga luz sobre uma das marcas do nosso presente histórico: momento atravessado por um processo cuja irresolução instaura a crise permanente.

Segregação Silenciosa: Investimentos públicos e dinâmica socioespacial na área conurbada de Florianópolis (1970-2000)

autora: Maria Inês Sugai

Neste livro, Maria Inês Sugai faz uma análise primorosa do processo de urbanização de Florianópolis, análise essa fundamentada em cuidadosa e profunda pesquisa dos mais variados aspectos da área conurbada da capital catarinense. Com isso, contribui com um valioso material para a compreensão do espaço urbano não só da Grande Florianópolis, mas de todas as regiões metropolitanas do Brasil.

Kinopoems: O Cinema vai ao Poema

autor: Sylvio Back

Sylvio Back é nacionalmente conhecido por sua premiada obra cinematográfica. Em 1986, o artista de Blumenau fez sua primeira incursão na poesia. Desde então, publicou vários títulos. Agora, ele lança pela Editora da UFSC *Kinopoems: O Cinema vai ao Poema*. A obra reúne três vertiginosos poemas em prosa, cada qual dedicado a um personagem que já foi tema de seus filmes: o poeta Cruz e Sousa, o pintor Miguel Bakun e o escritor Paulo Leminski. Merece destaque também o belo projeto gráfico do livro, assinado pelo artista gráfico carioca Fernando Pimenta e pela equipe da Editora da UFSC. Repleto de fotos e grafismos, *Kinopoems* é um livro para ser lido e visto.

NOTAS UNIVERSITÁRIAS

- O primeiro semestre de 2015 sera repleto de grandes novidades no catálogo da Editora da UFSC. Três traduções estão sendo finalizadas: *Demorar*, de Jacques Derrida; *Soldados de Seis Pernas: Usando insetos como armas de guerra*, do entomologista americano Jeffrey Lockwood; e *Demanda*, de Jean-Luc Nancy.
- Outra obra aguardada é a reedição dos dois volumes de *Dispersa Demanda*, do crítico literário carioca Luiz Costa Lima.

ERRATA

- Por um erro, o nome do autor da foto da contracapa da edição #16 saiu trocado. O artista se chama Eduardo Valente.

LUCA BIGAZZI/INDIGO FILM

Meu amigo Sorrentino

Toni Servillo observa o naufrágio do Costa Concordia, em *A Grande Beleza*. Na foto abaixo, Sean Penn travestido de Robert Smith em *This Must Be The Place*

Nos dois últimos filmes do diretor italiano, a produção estética das existências move a trajetória dos personagens, não como verdade interior a ser reestabelecida, mas como revelação de novas criações segundo a ética da amizade e do compartilhamento

ATILIO BUTTURI JUNIOR

This Must Be The Place (2011) e *A Grande Beleza* (*La Grande Bellezza*, 2013), os dois últimos longas do cineasta italiano Paolo Sorrentino, poderiam ser lidos pelos versos do Talking Heads, retirados da canção que nomeia o primeiro dos filmes. Na musiquinha, David Byrne, saudosamente oitentista, anuncia: *"Home is where I want to be/ But I guess I'm already there"* [Lar é onde quero estar/ Mas acho que já estou lá]. É nessa heterotopia dos Heads que os personagens de Sorrentino estão lançados em seus quase-*road-movies*, seja na produção de um novo espaço em mundos já deteriorados (numa espécie de "niilismo consumado"), seja numa tentativa de criação de novos modos de se ser sujeito (prosaica e microfísica).

Olhemos Byrne, para dentro de Sorrentino: *"guess I'm already"* é mesmo a injunção de uma ausência. Porque a morada está sempre e de antemão perdida é que ela é uma promessa, e justamente por isso é que os filmes de Sorrentino, tão jovem numa tradição cinematográfica tão acachapante — a italiana — e em que pese a comparação vívida entre ele e Fellini, exigem e recebem uma identificação direta entre seus protagonistas e o espectador: em *This Must*..., nos encontramos docemente com Cheyenne (Sean Penn travestido de Robert Smith), cantor de *rock* norte-americano que, na solidão e no ostracismo, parte para uma viagem-*aletheia* em busca de uma conversão e de uma invenção de si. Na *Grande Beleza*, assistimos — embasbacados pela fotografia de Luca Bigazzi — a Jep Gambardella (Toni Servillo, que em 2008 protagonizara *El Divo*, também de Sorrentino), "o rei dos mundanos", a observar e inventariar as relíquias perdidas de uma Itália que o tempo e a morte destruíram e silenciaram.

Não sabemos, ao certo, acerca do êxito de Cheyenne e de Jep. Apenas, que aquilo que necessariamente buscam — onde eles gostariam de estar, num conforto — exige sempre a presença incômoda do outro: da multidão dos homens do mundo, das festas e dos festejos mas, ainda, da amizade que os atinge. Porque Cheyenne e Jep, como já se disse, são mundanos. Já experimentaram dionisiacamente a existência e, no tempo agora em que se encontram, recebem conforto de relações amorosas que são da ordem de outra série discursiva, a da *philia*.

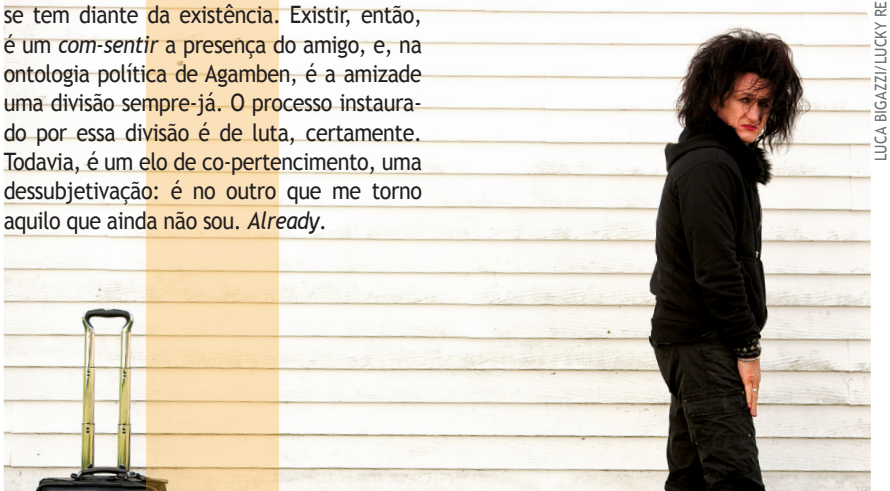
Agamben nos ensina (e junto dele, por exemplo e de formas diversas, Derrida e Foucault) que a amizade, desde a *Ética a Nicômaco*, se dá de maneira doce, tal qual a que se tem diante da existência. Existir, então, é um *com-sentir* a presença do amigo, e, na ontologia política de Agamben, é a amizade uma divisão sempre-já. O processo instaurado por essa divisão é de luta, certamente. Todavia, é um elo de co-pertencimento, uma dessubjetivação: é no outro que me torno aquilo que ainda não sou. *Already*.

E o que Sorrentino inaugura em suas duas últimas incursões no cinema? Numa aposta, seria possível pensar que, no espaço inexistente entre a promessa e o desejo, estão os outros, configurados em: amigos. Cheyenne, então, ganha conforto cúmplice tanto em sua esposa (Francis MacDormand) quanto numa garota com quem divide o tempo, numa cidade perdida no interior do Estados Unidos. Jep, por sua vez, consola-se nos braços de sua editora e confidente, Dadina (Giovanna Vignola, certeira). Numa sequência, eles conversam e Jep pergunta: *"Por que me chamou de Jeppino?"*. Dadina, solícita, responde: *"Porque um amigo tem o dever de fazer outro amigo se sentir como quando era criança"*.

O "dever" de Dadina obedece ao registro da profanação, como ainda gostaria Agamben ao tratar nietzscheanamente da infância. Com-partilhar é, na amizade entre ela e Jep (ou naquelas de Cheyenne) uma promessa de disjunção, de retorno ao tempo do jogo e da negação da peremptória disciplinarização de si, a temporalidade da infância perdida. Novamente, ademais, é uma possibilidade aberta apenas e somente porque o outro existe, mistério, marcado pelas qualidades da amizade.

Sorrentino faz *A Grande Beleza* finalizar com a voz em *off* do protagonista, que anuncia: "que este romance comece". Seus últimos filmes sugerem que é essa produção estética das existências o que move a trajetória dos personagens, não como verdade interior a ser reestabelecida, mas como revelação de novas criações segundo a ética dessa amizade e desse compartilhamento. As existências narrativizadas, para além dos *mise em abyme* de que se vale constantemente o diretor, evocam mesmo um elogio à invenção dos relacionamentos, romanticamente instalados em encontros, conforme o poema de Robert Burns que, musicado, surge em uma das cenas da vida-romance de Jep: *My heart's in the Highlands, my heart is not here* [Meu coração está nas *Highlands*, meu coração não está aqui].

O outro lugar (as *Highlands* distantes e interditas) que nos apresenta o diretor poderia ser, nessa leitura breve a partir da amizade, um logo ali, próximo e remoto, de que nos ocupamos "amigavelmente" diante dos outros sujeitos, esses nossos amigos no interior implacável das narrativas: *"Sim, é apenas uma ilusão. A Grande Beleza"*. ■



LUCA BIGAZZI/LUCKY RED

ATILIO BUTTURI JUNIOR (Curitiba, 1979) é doutor em Linguística pela UFSC e professor da UFSC.

A imaginação do paraíso

DORNAC/HUYSMANS.ORG

Publicado pela primeira vez em 1884, o romance Às Avessas, *de J.-K. Huysmans, radicaliza a imagem de um mundo no qual o ócio é a religião e a emoção verdadeira encontra-se no êxtase, e não na moral*

HERON MOURA

Segundo Thomas Piketty, no livro *O capital no século 21*, o 1% mais rico da população detinha 70% da riqueza total de Paris no início do século 20. Ao longo do século 19, a disparidade de renda também tinha sido enorme. Piketty argumenta que esse mundo desigual se reflete nos romances da época, como os de Balzac, na França, e Jane Austen, na Inglaterra. Nesses romances, quem vive são os ricos. As histórias giram em torno de casamentos, dotes e heranças. O padrão de vida mínimo para um personagem ter uma existência digna, no mundo da *Comédia Humana*, deveria ser de 30 a 50 vezes a renda média da população. Abaixo disso, a vida seria torpe.

E muitos dos personagens viviam de rendas, no ócio propiciado por títulos financeiros e pelos lucros do capital investido. Raramente o trabalho era o meio para atingir a riqueza. A herança era o fruto mais desejado da terra.

A literatura, até as grandes guerras mundiais, estava associada ao ócio. Tanto para autores, quanto para os personagens. Baudelaire e Proust viviam de rendas. Balzac trabalhava duro como escritor, mas muitos de seus personagens viviam dos lucros do capital, ou sonhavam em fazê-lo. A melhor maneira de ter acesso a uma vida digna era casar com uma herdeira ou herdeiro.

Esse era o lastro no qual prosperou boa parte da melhor literatura ocidental. Mas essa presença do ócio tem um efeito ainda mais forte na imaginação do paraíso. O paraíso sonhado na alta literatura, até o caos da Primeira Grande Guerra, é um mundo criado na Terra, mas com sensações e imagens purificadas, como as essências que geram os perfumes. A emoção em estado bruto deveria sofrer uma decantação, até que atingisse um grau de pureza e imantação que só se pode obter depois de um longo processo de eliminação de resíduos.

Além disso, o contexto da emoção também era uma matéria bruta que deveria ser destilada. O material adequado (seda, cetim, pele aveludada) deveria produzir sensações tácteis que seriam o extrato do que, na vida cotidiana, vem disperso e em doses insípidas. O paraíso é um *boudoir* de aromas e de imaginação elaborada. Um mundo de "calma, luxo e voluptuosidade".

O paraíso é e não é deste mundo. Pertence ao mundo e não ao além, pois está ligado às sensações e à memória, que só florescem sobre a Terra. Mas não pertence a este mundo, porque é uma purificação e denegação dele.

A vida de Des Esseintes, personagem do romance *Às avessas*, do francês J.-K. Huysmans, é a radicalização dessa imaginação do paraíso. Depois de levar uma vida de dândi, Des Esseintes se recolhe num palacete na província e lá recria um mundo. Ele elabora uma ambiência em que o inverno vira uma falsa primavera. Cada detalhe da casa visa a uma combinatória precisa das emoções. Ele inventa um órgão do paladar: sabores de destilados são combinados de modo a criar harmonias sonoras na boca. Para Des Esseintes, uma emoção básica não é uma verdadeira emoção. Uma emoção deve ser combinada com outra, de um gênero distinto, gerando sinestesias que perdurem na memória. O verdadeiramente humano é uma recombinação do que é apenas basicamente humano. O sândalo, sozinho, é uma experiência quase rústica. Mas combinações sonoras de "sândalo, almíscar, benjoim e incenso" provocam o êxtase que perdura na memória.

Como uma religião baseada no êxtase e não na moral, a vida de Des Esseintes é uma experiência com a experiência. Mas o arcabouço dessa religião é o ócio. É a riqueza gerada pelo capital. Des Esseintes nunca trabalhou. Des Esseintes nunca viveu apenas. Os seus criados fazem isso por ele, como diria um outro personagem de Villiers de L'Isle-Adam.

Devemos deduzir disso que a experiência dos paraísos artificiais é parte da iniquidade do mundo dos super-ricos? Proust fechado num quarto e recriando um universo baseado na memória transformada é um dândi elitista e perdido na *Belle Époque* que a guerra destruiu? Um mundo igualitário e democrático é certamente mais humano que um mundo no qual o 1% da população abocanha 70% da riqueza nacional.

Mas o mundo igualitário torna as emoções igualitárias? Estamos entregues a um mundo sem nenhum paraíso? Parece-me que nem os ricos de hoje (e de novo voltamos a um mundo de super-ricos) almejam mais parcelas de paraíso (com a exclusão do breve inferno da cocaína). Um mundo de "calma, luxo e voluptuosidade" é incompatível com a democracia? A imaginação em altas doses é um elemento perturbador da igualdade? Além de Miami, não há nenhum paraíso no horizonte. Des Esseintes, hoje em dia, faria um programa no GNT. ■

HERON MOURA (Recife, 1963) é professor de Linguística na UFSC e poeta, autor de *Pergaminho* (EdUFSC, 1987), *Vendedores de Sonho* (Nankin, 1999, Prêmio Minas Cultura) e *O respirante* (Editora 7Letras, 2006, Prêmio Goyaz de Poesia).

ENTREVISTA

O romano radical

FOTOS CRISTIANO PRIM

DORVA REZENDE

Um dos maiores especialistas na obra de Giorgio Agamben no Brasil, o professor titular de Filosofia da UFSC Selvino Assmann fala nesta entrevista sobre as suas traduções dos livros do filósofo italiano, amigo de Elza Morante e Pier Paolo Pasolini, que proferiu uma concorrida conferência no auditório do Centro de Eventos da universidade há quase 10 anos. Assmann é professor da UFSC desde 1976, quando, de passagem por Florianópolis a caminho de Tubarão, onde pretendia lecionar na instituição que hoje é a Unisul, leu no extinto jornal *O Estado* o anúncio de um concurso para professor de filosofia. Perto de completar 70 anos, Assmann passou boa parte da vida em Roma, desde o final dos anos 1960 até 1973, estudando Teologia na Pontifícia Universidade Gregoriana e, depois, de 1980 a 1983, quando fez o doutorado em Filosofia na Pontifícia Universidade Lateranense. É casado com uma romana, o que, segundo ele, muito o ajudou na tradução de certas peculiariedades do texto agambeano: "É bom saber que o Agamben é um romano. E a gente entende isso pelos filmes do Fellini. Essa coisa de estar na sede do catolicismo e, ao mesmo tempo, viver numa cidade que é pagã."

Subtrópicos | **Como se deu a sua aproximação com a obra de Agamben?**

Selvino Assmann | Eu vivi 13 anos em Roma e, por isso, tenho uma vinculação muito forte com a cultura italiana. Tenho, além disso, uma certa intenção de fazer com que o Brasil não tivesse só contato com o pensamento francês. Fomos gauleses por muito tempo no Brasil, inclusive pela importância que a USP tinha. Mas existe hoje um grupo de pensadores italianos reconhecidos, a começar pelo Agamben, mas que inclui também o Roberto Esposito, que só agora está sendo traduzido, pelo que soube. Cabe citar ainda o Paolo Virno e o (Maurizio) Lazzarato, que é um italiano que trabalha na França, cujas obras estão começando a ser traduzidas. E há uma singularidade minha que provém desde o meu interesse inicial por Antonio Gramsci, que depois se tornou muito divulgado no Brasil. Bom, mas, no caso do Agamben, o meu interesse veio, obviamente, bem depois. Acho que o início da leitura foi com o convite que a Editora da UFMG me fez para traduzir o livro *Stanze* (*Estâncias: a palavra e o fantasma na cultura ocidental*, 2007), que é um dos primeiros livros do Agamben. Ele me deu uma trabalheira enorme, porque o autor usa latim antigo, espanhol antigo, francês antigo, e muitas vezes não se preocupa em colocar a tradução nem em italiano.

Subtrópicos | **Quais são as obras, além de *Pilatos e Jesus*, cujas traduções estão sendo preparadas sob a supervisão do senhor, e que serão lançadas aqui nessa série da Boitempo com a EdUFSC?**

Assmann | Vai sair *Mistério do Mal*, que é um livro que tem como ponto de partida o fato de Bento XVI ter pedido demissão do cargo de Papa. O texto é resultado de uma conferência que Agamben fez numa universidade da Suíça. Por paradoxal que pareça, a instituição estava lhe estava concedendo o título de doutor *honoris causa* em Teologia. *Mistério do Mal* é um livro muito instigante, porque, ao discutir o pedido de demissão do Papa, o autor chama a atenção para o fato de que, em que outros momentos da história da Igreja Católica Romana, isso já aconteceu. Agamben compara o texto do pedido de demissão do Papa Gregório XII (que renunciou em 1415) com o do pedido de demissão de Bento XVI. Eles são muito parecidos. E Agamben aproveita para discutir, sobretudo, a distinção entre legalidade e legitimidade na política. Muita gente legalmente governa, por exemplo, numa democracia representativa, mas nem sempre esses governos são legítimos. Não existe legitimidade para governar, mas existe lei. Legalmente se tem um mandato de tantos anos. Por isso mesmo, Agamben diz que Bento XVI está sendo um exemplo para os governantes de hoje, porque, se um governante, mesmo estando legalmente no poder, percebe que não tem mais condições, de fato, de ser um legítimo bom governante, que peça demissão.

Subtrópicos | **Na apresentação de *Profanações*, o senhor diz que Agamben assumiu a tarefa de alargar o trabalho de Foucault em campos que o filósofo francês não explorou. Qual a importância da obra de Agamben no pensamento contemporâneo?**

Assmann | Agamben é um pensador que procura uma radicalidade que acho que falta a todos os outros contemporâneos. Eu não teria tanto receio de dizer, mesmo que alguns leitores do Agamben talvez não concordem com isso, que ele é alguém que chega muito próximo de querer formular uma metafísica. Ele quer chegar à raiz, por exemplo, da compreensão da realidade contemporânea, uma raiz da cultura ocidental. E, por isso, não só o enorme retorno que ele faz a Aristóteles, mas também o retorno que ele faz para buscar essas raízes na tradição judaico-cristã. Na conversa que eu tive pessoalmente com Agamben, quando ele esteve aqui em Floripa (em 2005), ele disse que o livro que mais gostou de escrever é *O Tempo Que Resta*, que é um comentário sobre as 10 primeiras frases da carta de São Paulo aos romanos. Isso me surpreendeu. É um livro de uma enorme competência, eu diria, quase teológica, que discute a base judaico-cristã da cultura ocidental como algo que, de alguma forma, nunca desapareceu, como algo que continua presente. Daí a Agamben falar na necessidade de profanação. Essa ideia de profanação é o questionamento de uma leitura consagrada nos séculos 19 e 20, segundo a qual a modernidade é secularização. Agamben vai dizer que não é. A secularização não pode ser lida como a destruição do sagrado no mundo moderno. A secularização, assim como ela é entendida, é a transferência do sagrado de fora do mundo para dentro do mundo, que é um pouquinho o que a tradição hegeliana estabelece. Hegel vai dizer que, no fundo, a modernidade nada mais é que um grande cristianismo realizado. Hegel é um pensador que, para mim, sempre foi importante. Agamben, então, chama a atenção para o fato de que o mundo moderno é, no fundo, a sacralização do mundo. Ele, assim, precisa ser profanado. Precisamos devolver as coisas ao seu uso originário. E aí que se coloca, me parece, a pergunta de Agamben: Qual é esse uso originário? O que o leva a discutir coisas como o que é, afinal de contas, um ser humano.

Subtrópicos | **Nessa apresentação de *Profanações*, o senhor escreve que quem lê os livros do Agamben se sente interessado em saber o que ele quer dizer quando ele fala sobre o ser que vem, o ser humano que vem, a política que vem. Isso seria uma espécie de utopia agambeana?**

Assmann | Sim, porque muitos dizem que o Agamben é um niilista, que deixa uma terra arrasada, como se não sobrasse nada daquilo que a gente consagrou como forte, como importante, como determinante da vida, do ser humano, do sentido da vida. Nesse chão arrasado — se a gente usar essa expressão, e eu não sei se ela é a melhor —, é que aparece alguma coisa que é entrevista, que não se percebe bem o que é, algo que vem, um messias que vem. Isso tem a ver com a presença do conceito de messianismo na obra do Agamben. A ideia de messianismo provém, para ele, de sua vivência em Roma mas, também, de sua familiaridade com a tradição judaica e com o pensamento de Walter Benjamin. Messianismo não diz simplesmente respeito a algo que vem, a algo que está totalmente ausente e que um dia vai aparecer, mas a algo cuja presença se sente muito mais pelo fato de, digamos, a gente se perceber ausente. Nessa presença de algo percebido como ausente é que emerge o que vem, o messias que vem, a comunidade que vem, a política que vem. No livro *A Comunidade que Vem* aparece muito fortemente a ideia de comunidade como uma contraposição à ideia de sociedade. Isso remete a alguma coisa bem antiga, que é a ideia de *polis*, algo que é vivido em comum, mas também algo que é fruto da insatisfação com o que é a sociedade, a soma de indivíduos, um ao lado do outro. É uma certa crítica àquilo que caracteriza a modernidade como primazia do indivíduo sobre qualquer outra coisa.

Subtrópicos | **Em 2005, Agamben realizou uma conferência na UFSC na qual abordou e ampliou conceitos do fragmento póstumo de Walter Benjamin que trata do capitalismo como religião. Pouco depois, ele formularia a frase: "Deus não morreu, ele tornou-se dinheiro". O que o senhor poderia falar sobre a crítica ao capitalismo na obra de Agamben?**

Assmann | É uma crítica muito radical. Eu arriscaria dizer que é mais radical do que a que a gente poderia fazer a partir de Marx, porque Marx, num certo sentido, continua moderno, continua falando do trabalho como base, como aquilo através do que o ser humano se torna humano. Para Agamben, a coisa não passa por aí. Porque Agamben tenta caracterizar — ou procura insinuar, pelo menos — a necessidade de que a gente retome outro tipo de pergunta, que é o questionamento radical da ideia de propriedade, o que ele faz um pouco em companhia dos franciscanos em *Altíssima Pobreza*, onde vai explorar essa tentativa que aconteceu no século 13 de estabelecer uma determinada comunidade religiosa cuja proposta era a seguinte: para viver, para usar as coisas do mundo, a gente não precisa ser proprietário delas. Se existe um pé de laranja, eu não preciso ser proprietário da laranjeira para poder comer a laranja, um pouco assim, posto muito simploriamente. E os franciscanos diziam que não queriam ser nem donos do próprio vestuário, que eles não tinham nada de próprio, tudo era comum. Essa ideia dos franciscanos foi contestada no século 13 pelo Papa João XXII, que formulou um documento declarando que não é possível ao ser humano viver sem ser proprietário. Há um grupo de italianos que diz que Agamben leu erradamente os franciscanos, mas existe um grupo de historiadores, na Itália e não só lá, que defende que o capitalismo nasceu no século 13.

Subtrópicos | **A obra mais conhecida de filósofo italiano é *Homo Sacer*, na qual ele faz uma relação entre o poder soberano, aqui entendido como poder político, e a vida nua, a vida natural, que seria, segundo Agamben, o fundamento negativo do poder. De que forma ele trabalha esses dois opostos?**

Assmann | Acho que a ideia do Agamben é dizer que toda política no Ocidente sempre gerou vida nua. E a vida nua é a redução dos seres humanos à condição de não existência. Isso está, inclusive, no livro *O Uso dos Corpos*. Às vezes, tenho a impressão de que o Agamben está dizendo: "Eu não me satisfaço com aquilo a que cheguei, ninguém pode dizer que minha obra tem uma leitura definitiva da realidade. Eu sou alguém que tenta entender o nosso tempo". Nisso ele é foucauldiano. Para Foucault, o filósofo é um jornalista radical. Acho que com isso o Agamben concorda: que ser filósofo, ou pensar, significa fazer uma ontologia do presente. É tentar entender o que está acontecendo hoje. Essa é tarefa mais difícil. Nisso, ambos manifestam uma certa filiação às coisas já ditas por Nietzsche. Na história da filosofia, existe, eu diria, um silêncio sobre a economia. Desde o início da filosofia, quase todos os filósofos se interessam pela política: saber o que é a política, qual é uma política legítima. Mas a economia, não. Por isso, com toda a razão, Agamben volta a Aristóteles, porque o filósofo grego foi um dos poucos que tentou responder a pergunta sobre que é o econômico. Na experiência democrática ateniense, a vida pública valia mais que a vida privada. Na vida moderna, o privado se tornou mais importante, e a política passou a estar a serviço da vida privada. Na Grécia, era o contrário: era a vida privada que tinha de estar a serviço da pública. Eu creio que essa é uma ideia que o Agamben mais ou menos compartilha. No livro *O Uso dos Corpos*, o primeiro capítulo é uma análise sobre como Aristóteles lia a escravidão.

Subtrópicos | **Em alguns países, como a Alemanha, a obra de Agamben tem suscitado alguma polêmica, principalmente quando ele traça a solidariedade existente entre democracia e totalitarismo. O senhor poderia explicar esse ponto?**

Assmann | Eu creio que o que se tornou polêmico foi o fato de o Agamben apresentar o campo de concentração como paradigma da política atual. É mais ou menos como dizer que nós continuamos sendo nazistas, de alguma forma, ou que, em algum sentido, o nazismo não está morto. Ele não terminou com o fechamento dos fornos dos campos de concentração. E Agamben dá alguns exemplos: Guantánamo e a situação dos refugiados hoje, que é um problema enorme dentro da Europa. Na Itália, atinge especificamente a questão dos *roms*, dos ciganos. A mesma coisa de que ele acusa os Estados Unidos — exigir o carimbo — também surge na Itália com relação aos filhos de ciganos, aos *roms*, como dizem os italianos. Eles têm que ser registrados biologicamente. Embora o governo italiano diga que isso é para que se possa ajudar essas crianças, trata-se, na verdade, de controlá-las. Tem a ver com a crítica que o Agamben faz à primazia ou à importância que adquiriu o tema da segurança. Assim como ele diz que o campo de concentração se tornou um paradigma da política moderna ou atual, também a segurança é o novo nome da biopolítica. Aqui está em jogo o modo como Agamben lê a biopolítica, que também não são favas contadas. Foucault e Agamben, acho eu, se distinguem, se separam grandemente quando trabalham com a ideia da biopolítica. Para Foucault, a questão da biopolítica é uma coisa moderna; já para Agamben a biopolítica existe desde que existe política. E desde que existe política, existe vida nua. É a transformação dos seres humanos em vida biológica, matável, e, por isso, sacrificável. Então a segurança, para Agamben, sempre é um controle. E a biopolítica, mais do que tudo, é vista como algo que deve ser criticado. Um outro autor que eu citei antes, o italiano Roberto Esposito — que usa tanto Agamben quanto Foucault, e tem a sua originalidade também —, vai propor que biopolítica não seja simplesmente um domínio sobre a vida, mas que seja vista como uma possibilidade nova de que a vida seja aquela que age, e isso é o que constituiria a política. Então, trata-se de política da vida, e não de política sobre a vida, e aí a inspiração seria o Nietzsche, que vai dizer que toda a história ocidental é um processo de repressão à vida. Porque a vida se torna um conceito central em Nietzsche, como um transfundo, na análise da moral, da ideia da morte de Deus, tudo isso é repressão à vida. Só que Nietzsche, literalmente, nunca diz o que é a vida, o que está sendo reprimido. Daí a radicalidade de Agamben, que, sem ter medo de fazer uma metafísica, se pergunta o que, afinal de contas, é a vida. Nas últimas obras dessa série *Homo Sacer*, ele vai dizer que a vida é sempre uma forma de vida. Em *A Comunidade que vem*, ele vai apresentar como uma espécie de ideal aquele menino que se põe na frente do tanque da Praça de Tiananmen, na China, de quem ninguém sabe o nome. É um sem nome. Ele diz que esse é o ser humano que vem. Vem daí a importância, nesse contexto, da ideia de resistência. ■

> "Na experiência democrática ateniense, a vida pública valia mais que a vida privada. Na vida moderna, o privado se tornou mais importante, e a política passou a estar a serviço da vida privada."

DORVA REZENDE (São Leopoldo, 1965) é jornalista, mestre em Letras pela UFSC.

SAN ANTONIO CENTRAL LIBRARY

Da "vida nua" acadêmica

Texto de Mark Bauerlein, professor da Emory University, de Atlanta, expõe o vazio do discurso teórico imposto pela lógica produtiva que domina a máquina de teses e artigos das humanidades

ANDRÉ CECHINEL

Em meio aos 47 capítulos que compõem *O Império da Teoria* — antologia do dissenso teórico organizada por Daphne Patai and Will H. Corral e publicada em 2005 —, há um texto que nos ajuda a compreender alguns dos impasses que regulam as discussões sobre literatura na universidade hoje. O texto de Mark Bauerlein, intitulado "Social Constructionism: Philosophy for the Academic Workplace" (2001), analisa, entre outros, as consequências do apagamento das singularidades dos objetos de análise para o espaço de trabalho acadêmico. Em linhas gerais, o autor sustenta a tese de que o desaparecimento, por exemplo, do texto literário em meio a afirmações que lhe são estranhas decorre de um discurso teórico impositivo que se quer como pressuposto de trabalho, e não como resultado do contato com os objetos investigados.

Segundo Bauerlein, o reinado desse procedimento nas humanidades revela uma natureza menos epistemológica do que institucional. Em outras palavras, o estabelecimento de truísmos como "não há um *fora* do texto", "não há como escapar da contingência" etc. permite que os pesquisadores assumam pontos de partida que, como dados irrefutáveis, autorizam um esforço investigativo menos intenso. Ou seja, para o autor, o axioma teórico "economiza tempo": "é a epistemologia do acadêmico com pressa, de professores com a arma apontada para a cabeça. Assim que as humanidades abraçaram um modelo de mérito produtivista, o empirismo e a erudição tornaram-se, do ponto de vista institucional, 'becos sem saída'". Mais uma vez, a conversão da teoria em pressuposto metodológico, aqui expresso na ideia de axiomas incontornáveis, facilitou a aceleração dos procedimentos de pesquisa, aceleração necessária, cabe dizer, às próprias condições institucionais hoje impostas às humanidades.

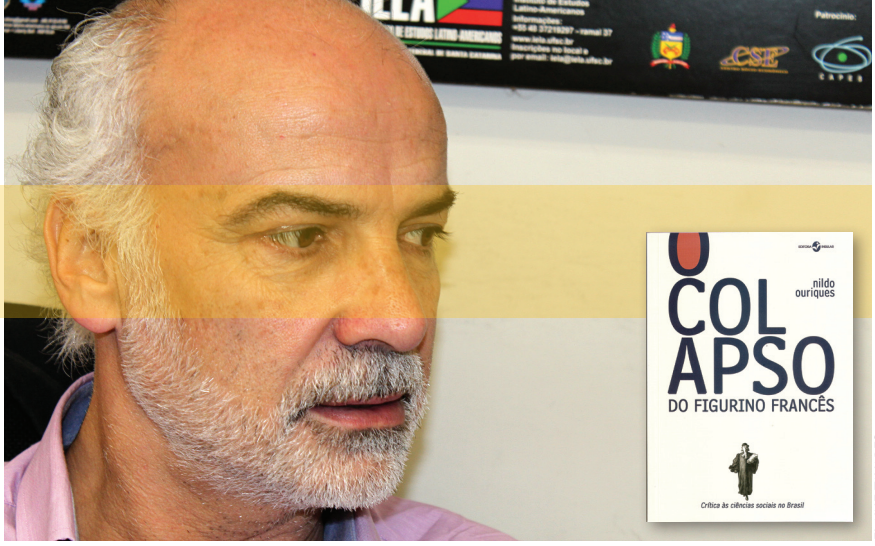
O esvaziamento dos objetos, acompanhado de um estilo rebuscado que dispensa o detalhamento daquilo que afirma, oferece uma saída à temporalidade instalada na universidade em seu sistema meritocrático-produtivista: se a tarefa é publicar, mais fácil fazê-lo afastando-se de exigências individualizantes. É por isso que o *slogan* "não há um *fora* do texto" — apenas para seguir com o exemplo — reduz qualquer traço particular de época, autor ou obra a um funcionamento textual/linguístico que, por sua vez, já se mostra suficientemente compreendido sob um ponto de vista teórico. Cabe evidenciar o paradoxo que, a bem da verdade, salta aos olhos: as posições antiessencialistas que dominam o discurso teórico nas humanidades se veem convertidas em ferramentas de um trabalho, por assim dizer, bastante simples, que apenas cumpre a rotina de dizer sobre um texto qualquer tudo aquilo que já foi ou poderia ser dito sobre outro texto qualquer. Dessa forma, o antiessencialismo é de pronto apropriado pelo seu contrário, restando apenas os efeitos de um marca discursiva cujo *modus operandi* apresenta-se como ponto de chegada comum a todos.

Ora, esse modo de proceder teórico ultrapassa as posições particulares deste ou daquele grupo de autores; trata-se, antes, de um problema de proporção, dependência ou distribuição das partes, ou melhor, trata-se do modo como nos colocamos *teoricamente* diante de um objeto a ponto de, gradativamente, torná-lo indistinto dos demais, ativando e acelerando a máquina acadêmica de artigos e teses. Aliás, esse é um programa produtivista em constante atualização e que, como tal, não resulta de posições teóricas específicas, mas de uma mecânica de produção e do esquema temporal-interpretativo dela oriundo.

Nos trópicos e subtrópicos, o retrato delineado por Bauerlein não deixa de assumir contornos coloniais. Por aqui, aguardamos ansiosamente a publicação das traduções, muitas vezes tardias, dos autores responsáveis por estabelecer o quadro conceitual a partir do qual deve se dar o contato do crítico com a literatura. (No presente momento — podemos afirmar, sem medo de errar —, Giorgio Agamben, Jean-Luc Nancy, Slavoj Žižek, entre outros, cumprem tal função em vários departamentos de Teoria Literária. A rigor, um estudo cuidadoso do modo como esses autores são apropriados por um uso instrumental da Teoria daria uma dimensão mais precisa daquilo que poderíamos chamar, valendo-nos também das teses do filósofo italiano, de "vida nua" acadêmica.) Dessa maneira, por trás de uma prática crítica que se oferece como política, resta apenas o perfil do professor em busca da sua sobrevivência institucional e que, para respeitar as demandas de publicações, elabora para si um esquema interpretativo em fina sintonia com o tempo que lhe resta para os seus estudos. Aquela desconfortável sensação de um *déjà vu* prolongado, que toma conta de muitos de nós já na leitura da primeira linha de determinados textos, advém justamente disso, dos esquemas interpretativos que pagam os devidos tributos aos termos impostos pela Teoria sob a promessa da contrapartida institucional.

Enfim, para além de seus alvos imediatos, o texto "Social Constructionism: Philosophy for the Academic Workplace" chama a atenção para o modo como as humanidades respondem ao tempo de produção acadêmico a partir de esquemas teóricos que lhe são correspondentes. E assim, a percepção do vínculo entre o que se faz da teoria (literária) e as próprias exigências institucionais que impõem um determinado "tempo acadêmico" nos permite compreender uma das tarefas abertas à teoria, a saber, a necessidade de estabelecer uma temporalidade desviante e capaz de empreender a recuperação da integridade de seus objetos. ■

ANDRÉ CECHINEL (Criciúma, 1983) é doutor em Teoria Literária pela UFSC e professor do curso de Letras da Unesc.



ELAINE TAVARES

O figurino francês e o consórcio petucano

Da formação da universidade brasileira aos dias atuais, livro de Nildo Ouriques demonstra o quão limitadas são as alternativas dos centros de referência que se apresentaram, desde a redemocratização, como a fronteira da intelectualidade crítica nacional

DANIEL CORRÊA DA SILVA

Em *O Colapso do Figurino Francês* (Editora Insular, 2014), mais nova obra do professor do Departamento de Economia e presidente do Instituto de Estudos Latino Americanos da UFSC, Nildo Ouriques, o autor analisa a formação da universidade brasileira, tardiamente inaugurada por aqui — mesmo para os padrões latino-americanos — na década de 30. Criada em 1934, a USP nasce como reação da intelectualidade paulista, inconformada com as duas recentes derrotas na política nacional: a Revolução de 1930 e o fracasso da contrarrevolução de 1932.

Foi assim que, capitaneada por Georges Dumas — assíduo visitante do Brasil e com bom trânsito entre a aristocracia paulista —, uma grande leva de ilustres desconhecidos chegou a São Paulo para lecionar no ensino superior brasileiro. Entre eles, figuravam nomes como Claude Lévi-Strauss, Fernand Braudel e Roger Bastide, entre muitos outros. Iniciava-se assim uma verdadeira missão francesa, destinada a "trazer" a sociologia para o Brasil.

A missão durou quase 40 anos no Brasil, mas a descrição do episódio e da influência estrangeira na USP não é a maior contribuição de Nildo Ouriques, e sim seus desdobramentos, resumidos na passagem a seguir: *"A filosofia uspiana, maravilhada com o que vinha da França, ignorava por completo, nas décadas de 50, 60 e 70, o movimento intelectual mais fantástico que a América Latina já viveu, nos estudos da Teoria da Dependência. A versão da Teoria que aterrissou na universidade brasileira foi a interpretação afrancesada de Fernando Henrique Cardoso, que não só ignorava a vertente mais potente da Teoria, em sua versão marxista, senão atuava contra ela no meio universitário."*

Por um lado, os intelectuais europeus — e seus colonizados discípulos brasileiros — apontavam a suposta "incapacidade" da burguesia nacional latino-americana de romper com o imperialismo, aprofundar os laços com o capitalismo, "completar" a industrialização, ou seja, realizar as transformações necessárias em direção a uma República Burguesa, nos moldes das revoluções clássicas dos países centrais; por outro, a intelectualidade latino-americana debruçava-se sobre a formação econômico-social da América Latina, verificando que aqui vigorava um capitalismo colonial há quatro séculos e que, no período de industrializações na América Latina, havia um completo desinteresse de nossas classes dominantes em concorrer com o capitalismo central, razão pela qual não se pode falar em "incapacidade" das burguesias latino-americanas. O que há, na verdade, é uma habilidade gigantesca para arrefecer os ânimos exaltados das classes subalternas na região, sempre sacrificadas para que a burguesia latino-americana possa se manter na condição de sócia-menor do capital internacional, apelando, de quando em quando, sempre que se fizesse necessário, para rupturas institucionais patrocinadas sem constrangimento pelo centro. Eis aqui a razão da instabilidade política da periferia.

Por falar em ruptura institucional, é precisamente durante a ditadura cívico-militar que a Teoria Marxista da Dependência é definitivamente limada do meio universitário nacional. Segundo Nildo Ouriques, as reformas curriculares ocorridas no fim dos anos 60 foram fundamentais para sacramentar a exclusão da dependência e do subdesenvolvimento como programas de pesquisa das ciências sociais brasileiras. Não menos importante é a constatação do autor de que, no mesmo período, a universidade brasileira se expandiu. O regime militar, então, foi responsável por turbinar um batalhão de colaboradores para se debruçarem sobre as potencialidades do capitalismo nacional.

Foi assim que a intelectualidade paulista não vacilou em militar fortemente contra os modelos da dependência em sua vertente marxista. Ruy Mauro Marini e Andre Gunder Frank (que recebe um ensaio à parte no livro, dedicado a elucidar a brilhante trajetória de um intelectual antiacadêmico) receberam a pecha de intelectuais que apresentaram um modelo estático, catastrofista, o que acabou por bloquear seu estudo e sua influência para as novas gerações dos estudantes de ciências sociais. Esse ponto é particularmente importante para que se possa entender por que tais autores não foram recuperados logo após o fim da ditadura. Como afirma Nildo Ouriques, a ditadura os anistiou, mas seus pares continuaram sendo implacáveis na tarefa de deixá-los proscritos.

Mas é na análise do momento atual que o livro de Nildo Ouriques cresce em importância. Desvendando os meandros da criação da "Escola de Sociologia da USP" e da "Escola de Economia da Unicamp", o autor demonstra o quão limitadas são as alternativas dos centros de referência que se apresentaram, desde a redemocratização, como a fronteira da intelectualidade crítica brasileira. Nildo elucida de maneira densa e rigorosa o quanto a divergência PT x PSDB é funcional à dominação burguesa no Brasil. O que vigora na atualidade, defende o autor, é o "consórcio petucano". A identidade da política econômica entre os dois partidos faz com que Nildo assevere: *a "esquerda petista" no governo não passa de continuísmo do tucanato paulista com pitadas de caridade católica. (...) No petucanismo, as divergências políticas são cosméticas ou, no jargão do jornalismo, civilizadas. A administração petista da ordem instaurada pelo tucanato era, antes que uma surpresa inusitada, consequência necessária da comunhão teórica. Os partidos políticos se transformaram em máquinas eleitorais e limitam seu funcionamento a um laboratório de políticas públicas.*

O mais recente episódio do amalgamento entre PT e PSDB é a escolha do novo ministro da educação, Renato Janine Ribeiro. Professor de Filosofia e Ética da USP, Ribeiro fez carreira na Capes e foi conselheiro da FIESP. Goza de excelente trânsito entre os tucanos; pelos petistas, é visto como um ministro de caráter mais "técnico" do que o "político" Cid Gomes. É a mais pura expressão do Figurino Francês! ■

DANIEL CORRÊA DA SILVA (Santa Maria, 1987) é economista e mestrando em Relações Internacionais na UFSC.

MARCO SANTIAGO/NOTÍCIAS DO DIA

O "Levante do Bosque" na UFSC

Um resumo da denúncia do MPF, ilustrado e brevemente anotado, ou: o professor Paulo Pinheiro Machado deveria ter usado vestido vermelho?

JEFFREY HOFF

Meses antes do "Levante do Bosque" na UFSC, circulou mundialmente na mídia a foto de uma mulher de vestido vermelho, desarmada, atingida por gás disparado por policiais na Turquia. E sempre me perguntei por que razão a mídia brasileira não ficou tão chocada com a agressão semelhante contra o diretor do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFSC, Paulo Pinheiro Machado.

Talvez ele nem precisasse usar vestido vermelho: talvez bastasse terno e gravata para suscitar a simpatia da mídia e da parcela da sociedade para quem Pinheiro Machado, de jeans e tênis, não se parecia com a imagem convencional do digno diretor de um centro universitário, eleito por centenas de professores concursados.

Agora, nove meses após os indiciamentos, o Ministério Público Federal denunciou 36 pessoas por crimes relacionados ao "Levante do Bosque", no dia 25 de março de 2014. Paulo Pinheiro Machado, mais três professores e a reitora da UFSC são acusados sob o artigo 344 do Código Penal: "Usar de violência ou grave ameaça, com o fim de favorecer interesse próprio ou alheio, contra autoridade (...) em processo judicial, policial ou administrativo, ou em juízo arbitral".

Contra a professora de Antropologia e vice-diretora do CFH Sonia Maluf, a primeira pessoa denunciada no documento, a totalidade dos "fatos" apresentados pelo MPF (transcrevo os grifos do original) é esta:

> *"O vídeo mencionado (...) prova os fatos. A partir do momento em que a professora SÔNIA resolveu se sentar no capô da viatura os alunos passaram a se espelhar em sua conduta e cercaram-na ao mesmo tempo em que entoavam gritos de 'Não vai sair, não vai sair...' dirigidos aos policiais."*

Pessoalmente, preciso de muita imaginação para entender como o ato de "sentar-se" de uma mulher de 50 anos pode ser considerado um ato violento ou uma grave ameaça. É também importante esclarecer que a professora Sonia não se sentou em cima de uma viatura oficial. Era um carro particular, com placa particular e sem identificação. Os policiais que prenderam o estudante com maconha também não estavam fardados ou identificados.

O MPF propõe esse argumento acusando os professores (e a reitora, "por omissão") de "iniciar e promover atos que culminaram com o uso de grave ameaça e depois violência". Mas o ato da professora de se sentar no carro não pode ter causado uma "violência" ou "grave ameaça" que alegadamente aconteceu somente mais tarde, após duas horas de negociações. E foi só depois que a polícia lançou gás no rosto do professor Paulo — e contra as dezenas de jovens que estavam mais distantes — que algumas pessoas perderam a paciência e acabaram virando dois veículos oficiais.

A violência pela qual alguns jovens estão sendo denunciados envolve os danos aos veículos e o fato de que pedras e paus foram jogados (depois que a polícia lançou gás no campus contra alunos desarmados). Ninguém foi acusado de violentar ou ameaçar direta e fisicamente a polícia antes de o gás ser lançado. As palavras usadas na denúncia para caracterizar as ações dos alunos e de alguns professores antes do lançamento das bombas de gás são "coagir", "sentar", "cercar" e até "gritar", mas nunca de forma violenta ou ameaçadora.

Curiosamente as primeiras 20 páginas do documento são intituladas: "Informações históricas e culturais necessárias para descaracterizar qualquer aspecto político". Como leigo, acho difícil dizer se essas ponderações têm qualquer mérito legal, mas é muito suspeito que, em vez de mergulhar primeiro na denúncia criminal, o procurador comece na defensiva, para negar que o processo tenha uma qualidade política. Essa mera negação e seus complicados desvios soam mais como uma admissão de que se trata de fato de acusações políticas.

Paulo Pinheiro Machado é também acusado de violar o artigo 344 do Código Penal. Os fatos específicos apresentados são:

> *"O professor PAULO PINHEIRO, a partir de determinado momento, se colocou em posição de interlocutor. No entanto, quando os alunos insistiram na posição de coagir os agentes policiais para que não prosseguissem o processo no Juizado Especial, lavrando o TC, ele não se opôs, insurgindo-se contra a movimentação da Polícia Federal e posteriormente à tropa de choque da Polícia Militar.*

HÜRRI YET/DAILYNEWS

As fotos (...) mostram o professor PAULO PINHEIRO, à frente da multidão de alunos, opondo-se à tentativa dos policiais em retirar o usuário de drogas da viatura, que, por sua vez, estava cercada pelos alunos."

Mais uma vez, em uma leitura leiga, é difícil de identificar no texto um só ato de violência ou grave ameaça praticado pelo professor Paulo Pinheiro Machado. Ainda mais porque bastante tempo se passou entre os eventos citados acima e o momento em que Paulo foi atingido pelo *spray* de pimenta — o momento em que o bosque realmente explodiu e os veículos acabaram sendo virados.

Não existe no texto da denúncia qualquer registro de palavras ou ações de qualquer professor para incentivar, iniciar, ou muito menos praticar atos de violência ou fazer ameaças.

O professor Paulo também foi acusado do crime de desacato. O que os dados objetivos do documento sugerem, porém, é que, depois de passar horas tentando negociar uma saída, com uma postura que muitos caracterizaram como ponderada e calma (evidenciada em vários vídeos), o professor finalmente perdeu suas boas maneiras. Depois de ser atingido por um jato de *spray* à queima-roupa, ele soltou o verbo.

Um vídeo citado pelo procurador para sustentar a denúncia apresentou esses atos (a sigla HNI significa Homem Não Identificado, aqui aparentemente se referindo a policiais).

> ***Paulo Pinheiro:*** *Não faz isso, cara!*
> ***HNI:*** *Vamo, vamo, vamo, vamo.*
> ***Paulo Pinheiro:*** *Não faz isso!*
> ***HNI2:*** *Se joga no chão, se joga no chão!*
> ***HNI3:*** *Se joga! Se joga! Se joga! Se joga! [Spray de pimenta é jogado contra Paulo Pinheiro para que se afaste, sem resultado]*
> ***Paulo Pinheiro:*** *Vocês são uns covardes de merda!*
> ***HNI4:*** *Você que é um merda, rapaz. Você que é um merda.*
> ***Paulo Pinheiro:*** *Covardes de merda.*

O professor deve mesmo receber anos de prisão por essa atitude. Pois, por incrível que pareça, é isso o que o procurador quer para Paulo e Sonia — o que não é uma brincadeira.

Muitos entendem que o conflito esteja estreitamente ligado a uma disputa de poder dentro da UFSC, onde, segundo alguns rumores, a reitora é uma "mulher de esquerda" num lugar tradicionalmente administrado "pela maçonaria".

E a última pessoa denunciada no documento, com um argumento mais complexo, mas muito menos direto, é a reitora, introduzida assim:

> *"Durante os episódios acima narrados, a reitora da UFSC ROSELANE NECKEL não compareceu ao local dos fatos e seus representantes que comparecerem apoiaram a coação feita aos policiais. Há provas de que tentou "carteiraços" junto a autoridades, seja o Ministro da Justiça (superior hierárquico da Policia Federal) [...]."*

Por fim, o procurador apresenta os argumentos contra a reitora, que estão ligados diretamente ao fato de que a professora Sonia Maluf estava sentada na viatura. O texto segue como no original, sem cortes:

> *"Sônia Maluf diz que 'Eu sentei pra ganhar um tempo, até conseguir contatar a reitora'. Durante a coação exercida contra os policiais, Ouvem-se palavras do tipo: "Vamos esperar a reitora!". "Ninguém vai embora não!" (Evento 16, OUT2, Página 4). Na nota de repúdio elaborada pela reitoria (fl. 24A do PIC 1.33.000.001351/2014-45) consta que Enquanto os relatos chegavam ao Gabinete, estávamos em constante contato com a Secretaria de Relações Institucionais, com o Ministério da Justiça e a Secretaria de Direitos Humanos em Brasília, solicitando uma mediação desses órgãos para que não ocorresse um previsível desfecho violento. A conivência e a omissão apoiavam a violência que alunos e professores estavam exercendo contra a polícia; as gestões pela via moral (omitir-se de estar presente e mandar emissários para retardar a ação da polícia), política (ligações telefônicas para diversas autoridades) e hierárquica (tentativa de que o Ministro da Justiça determinasse a suspensão da operação) constituíram grave ameaça, coação moral."*

Ou seja, na "lógica" do procurador, a reitora foi "omissa" (é esse o crime pelo qual ele está sendo denunciado) porque estava em seu gabinete, constantemente dando telefonemas para autoridades (e em contato com seu chefe de gabinete, presente no bosque) para tentar controlar a situação.

Afinal, temos uma reitora, um diretor e uma vice-diretora de um centro universitário acusados dos crimes de "sentar-se" "negociar" e "trabalhar em gabinete". Prefiro rir para não chorar.

Como disse Alice, em outro país das maravilhas:

> *"Eu não acho que eles joguem de maneira muito certa", Alice começou em um tom de queixa, "e discutem de um jeito tão maluco que você não consegue ouvir ninguém falar... e parece que eles não têm nenhuma regra. Finalmente, se têm, ninguém parece respeitar... você não faz ideia de como é confuso jogar com todas essas coisas vivas".*

De fato, não é nada engraçado acusar pessoas de crimes usando complexas artimanhas, e com tão pouca sustentação.

No primeiro parágrafo da denúncia o procurador afirma: "Pessoas que praticam a igualdade e a impessoalidade, quando vêm outras envolvidas em problemas com a polícia, contratam advogados. Se praticam a desigualdade e o personalismo, tentam elas mesmas resolver o problema".

Mas é importante salientar que o uso do poder de Estado para criminalizar atos civis e legítimos é o que distingue autoritarismo e estado de direito.

Das 36 pessoas denunciadas, 15 têm a oportunidade de ter suas penas suspensas, incluindo dois professores e a reitora, mas não Paulo e Sonia. O documento da denúncia está disponível em: http://www2.prsc.mpf.mp.br/conteudo/servicos/noticias-ascom/ultimas-noticias/arq/operacao-ufsc--denuncia

A reitoria ainda não liberou o relatório feito pela UFSC, mencionado na denúncia, que fez levantamento dos acontecimentos. O presente texto baseou-se unicamente no documento da denúncia. Não tentei analisar em maiores detalhes as denúncias contra os alunos, que, como as denúncias contra os professores, obviamente merecem atenção jurídica qualificada.

JEFFREY HOFF (Nova York, 1958) é jornalista e mestre em Sociologia Política pela UFSC.

Daniel Eduardo Guilhamet

(Buenos Aires, 1961) é fotógrafo. Chegou a Florianópolis em 1992, para trabalhar com turismo, e se estabeleceu em definitivo na cidade, em Canasvieiras, em 1999. Desde 2002, como diz, "a fotografia passou a formatar" a sua vida. É o editor de fotografia das últimas edições do festival Florianópolis Audiovisual Mercosul (FAM).

Site: www.flickr.com/guilhamet
Contato: danielflopy@gmail.com

"Gosto de registrar o cotidiano da Barra da Lagoa, o trabalho dos pescadores lidando com as redes. Nesta imagem, tirada em dezembro do ano passado, achei particularmente interessante como a luz incidiu no pescador no centro da foto, os colegas recortando o quadro, as gotas d'água como que suspensas e a ponte ao fundo."